

5 Conclusão

A *Crítica da razão pura* é o livro que investiga as fontes do nosso conhecimento com a intenção de poder mostrar quais são os seus limites. Como procuramos mostrar no primeiro capítulo da dissertação, sua preocupação é muito menos a de analisar sistemas filosóficos do que investigar a capacidade própria da razão. Isso foi necessário para que a metafísica pudesse caminhar num terreno sólido e seguro. A investigação das fontes do conhecimento nos indica que ele é composto por dois elementos básicos: conceito e intuição, isto é, temos que intuir objetos para que depois possamos conhecê-los, razão pela qual o conhecimento só alcança as coisas na medida em que elas nos são dadas, intuídas na sensibilidade por meio das formas puras do espaço e do tempo. Desse modo, é preciso que algo nos afete para que o entendimento possa dar unidade com suas regras *a priori* ao material apreendido pelos sentidos e forneça, então, um conceito. Essa operação jamais conhece as coisas como são em si mesmas, mas unicamente como podem nos aparecer segundo as formas da nossa intuição sensível e as do nosso entendimento. Desse modo, qualquer pretensão de conhecimento que ultrapasse as fronteiras de uma experiência possível nada conhece. A forma da nossa intuição sensível, forma espaço-temporal, condiciona o modo dos fenômenos aparecerem, enquanto a forma do nosso entendimento determina, por sua vez, o modo de conhecê-los. Foram essas formas que permitiram uma ‘revolução copernicana’ na filosofia, deixando então os fenômenos condicionados ao nosso modo de ser.

O entendimento, a faculdade de conhecer e determinar objetos – que possibilita os juízos determinantes – ainda que seja capaz de legislar *a priori* a natureza dando-lhe leis, e uma unidade distributiva, é incapaz de dar uma unidade coletiva para seus conhecimentos, uma unidade total, tarefa esta que ficou designada para a razão, uma outra faculdade, que tem a mesma natureza discursiva do entendimento¹. Essa faculdade permitiu alcançar a unidade sistemática por ela mesma exigida necessariamente como forma de integrar os conhecimentos da natureza em um todo

1 KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994. p. 534 (A644/B672)

organizado. Como o entendimento só lida com o conhecimento de objetos, coube então esta tarefa à razão, cuja atividade é sempre buscar o elemento incondicionado.

Esses elementos incondicionados que a razão encontrou, ainda que não possam ser conhecidos podem ser pensados. Esse pensamento não é constitutivo dos fenômenos, por isso a compreensão da natureza, do ponto de vista da unidade sistemática, é uma tarefa dos princípios regulativos, aqueles que orientam o nosso conhecimento da natureza em função de um sistema que pode ser somente pensado. Como vimos, o entendimento fornece uma unidade à experiência com seus conceitos puros, só que essa unidade não é a mais elevada. Uma outra unidade, superior, é exigida pela razão, uma unidade total que possa integrar todos os conhecimentos, nomeada por Kant de “idéia”. Mostramos, assim, quais eram esses elementos superiores, como eles foram gerados e procuramos deixar claro o que estava compreendido na palavra ‘idéia’. As idéias foram chamadas por Kant de *idéias da razão* e se caracterizam por não possibilitarem o conhecimento de coisa alguma, posto que as notas que fazem parte de seu conteúdo não podem ser dadas à intuição sensível, isto é, não podem se constituir como fenômenos para o sujeito do conhecimento. Ainda assim, elas cumprem uma função primordial na organização do nosso conhecimento, e esta organização é o que nos permite compreender a natureza como um sistema.

Já na *Crítica da faculdade do juízo* Kant nos fala de idéias estéticas e, obviamente, elas mantêm um parentesco com as idéias da razão. Para chegar ao elemento estético dessas idéias, ou seja, ao belo, Kant teve que mostrar um outro modo de exercício da nossa faculdade de julgar. Esse outro modo foi chamado de juízo reflexionante.

Vimos aí o papel primordial do princípio de finalidade, princípio este no qual se funda toda a terceira *Crítica* e nos permite julgar a natureza de modo diverso, isto é, não mais a partir da causalidade mecânica. Este princípio de finalidade é requerido quando ajuizamos certos fenômenos como belos, que são os objetos cuja forma apreendida por nossas faculdades cognitivas suscita-nos o *sentimento* de prazer e desprazer. Aqui, vimos que o adjetivo “estético”, das idéias estéticas, estava ligado a

este sentimento, razão pela qual era importante saber o que estava em questão neste sentimento.

Isso fez com que entendêssemos o ‘estético’ como ligado ao *sentimento* de prazer ou desprazer que nos leva a poder pensar no conceito de belo. Nesse caso, os juízos cognitivos e determinantes nos ajudam na medida em que é por meio das mesmas faculdades que possibilitam o conhecimento que podemos, em função do sentimento de prazer, formar os juízos estéticos. Na posse desse elemento, do juízo reflexionante, verificamos como é possível ajuizar o belo.

No terceiro capítulo investigamos a gênese das idéias estéticas, cuja possibilidade se funda no gênio e sua bela criação artística. Caracterizamos, então, a arte do gênio, sua produção relacionando-a à beleza natural e ao que ela tem de peculiar. Essa criação artística, porque dotada do que Kant chama de ‘espírito’, é capaz de revelar certas representações chamadas de ‘idéias estéticas’. Como apresentamos em nosso trabalho, elas possuem uma analogia com as idéias da razão, o que justificou todo o nosso percurso, que começou com a *Crítica da razão pura*. Esse percurso nos fez ver que os limites do conhecimento da natureza são e devem ser determinados, mas que o sentimento, da forma como expusemos em nosso trabalho, caracteriza-se basicamente – e nisto mesmo reside sua riqueza e potência – por uma vivificante indeterminação conceitual, de modo que a relação com os objetos, ainda que determinada do ponto de vista do *conhecimento*, é absolutamente indeterminada do ponto de vista do *sentimento* que eles podem provocar.

É a partir do elemento espiritual e vivificante que reside na bela obra produzida pelo gênio artístico que somos, então, levados ao contato de certas representações que não podem ser conceituadas, mas sentidas, já que o belo é capaz de movimentar o nosso ânimo nessa direção, sem que possamos retirar daí um conhecimento *determinado* dessas mesmas representações. Fazendo isso, a terceira *Crítica* nos mostra um novo modo, segundo o qual podemos tratar dos objetos e, conseqüentemente, tratar da arte e do belo. Esse novo caminho repercutiu, mais tarde, na filosofia de todos os românticos que, aqui, não foi objeto do nosso estudo. Queremos só sublinhar a repercussão desse pensamento e a tentativa, mais tarde, de radicalizá-lo, como quando muitos dos filósofos românticos deram tamanha

dignidade à arte que, ao que parece, não mais foi vista na filosofia – Schelling, por exemplo, tentou reconciliar a necessidade da natureza com a liberdade do sujeito através da arte.

Toda a posição do gênio, a questão da finalidade, o juízo reflexionante parecem ter sido redimensionados posteriormente por muitos filósofos, de modo que só isso basta para atentarmos para a importância da terceira *Crítica*. Por fim, apresentamos como as idéias estéticas podem dar conta do significado da arte e de sua produção; e como a indeterminação própria e característica desse elemento é, precisamente, o que confere riqueza à arte e nos convida ao contato com o supra-sensível, tão caro ao pensamento kantiano.